ISSN: 2358-8829

ENSINO MÉDIO INTEGRADO:
ENTRE A EMANCIPAÇÃO E O MERCADO

João Eudes Cardim dos Santos [1]
Iris Freire Costa Belchior [2]
Karla Gonçalves de Oliveira [3]
Paulo de Assis Melo [4]
Alano de Morais Correia [5]
Antonia de Abreu Sousa [6]

INTRODUÇÃO

A trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil é historicamente atravessada pela dualidade estrutural, expressão da divisão social do trabalho capitalista que cinde a formação intelectual, destinada às classes dirigentes, do adestramento manual voltado às classes trabalhadoras. Em contraposição a esse modelo segregador, o Ensino Médio Integrado (EMI) emergiu como um projeto ético-político e pedagógico comprometido com a superação da dicotomia entre o saber e o fazer, propondo a articulação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Amparado normativamente pelo Decreto nº 5.154/2004 e fortalecido pela criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pela Lei nº 11.892/2008, o EMI assume o trabalho em seu sentido ontológico e como princípio educativo. Nessa perspectiva, a politecnia consolida-se como o instrumento para o domínio intelectual dos fundamentos científicos da produção moderna, tendo na omnilateralidade o horizonte do desenvolvimento humano integral. Todavia, o avanço de agendas neoliberais culminou

[1] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, jecs77@gmail.com;
[2] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, iris.belchior@hotmail.com;
[3] Mestranda do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, karla.goncalves@ifce.edu.br;
[4] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, paulo.melo05@aluno.ifce.edu.br;
[5] Mestrando do Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, alano.morais.correia1984@gmail.com;
[6] Professora orientadora: doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Curso de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, antonia@ifce.edu.br.

na promulgação da Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio), reconfigurando a última etapa da educação básica ao fragmentar o currículo em itinerários formativos e reduzir a EPT a uma oferta opcional e aligeirada.

Inserida no âmbito das investigações desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), a presente pesquisa dedica-se a examinar as disputas conceituais e materiais que permeiam a oferta do EMI no cenário educacional brasileiro contemporâneo. A justificativa implícita do estudo reside na necessidade urgente de problematizar as regressões provocadas pela Lei nº 13.415/2017, as quais incluem o esvaziamento da Formação Geral Básica limitada ao teto de 1.800 horas, a mercantilização do ensino técnico induzida por parcerias público-privadas, a precarização do trabalho docente amparada pelo dispositivo do "notório saber" e o consequente acirramento da dualidade escolar. Diante dessas inflexões, a pesquisa estabelece como objetivo central analisar as contradições entre os fundamentos emancipatórios da formação humana integral do EMI e a lógica mercadológica imposta pela contrarreforma do ensino médio, investigando de que modo tais vetores afetam as práticas pedagógicas e o trabalho docente no "chão da escola".

Do ponto de vista metodológico, o trabalho apoia-se no referencial teórico-epistemológico do materialismo histórico-dialético, método que permite apreender o fenômeno educativo a partir da totalidade social e de suas determinações históricas e contraditórias. Trata-se de uma pesquisa exploratória e documental, de abordagem qualitativa, estruturada a partir da análise crítica da legislação educacional de regência e de uma revisão bibliográfica e empírica sistematizada. O estudo mobiliza e tensiona produções acadêmicas e dissertações da área da EPT, promovendo o confronto dialético entre as prescrições contidas nos documentos normativos e a concretude das realidades vivenciadas pelas redes de ensino.

As discussões e resultados da pesquisa evidenciam um distanciamento significativo entre o plano normativo e a prática cotidiana nas escolas, marcado pela persistência de currículos fragmentados e pela escassez de políticas públicas institucionais de formação continuada para os docentes da EPT. Aponta-se que a reforma instituída pela Lei nº 13.415/2017 agravou a precarização escolar ao desidratar o núcleo propedêutico e substituir a concepção de integração por itinerários técnicos aligeirados, pautados na pedagogia das competências e da individualização do sucesso profissional. Não obstante, os dados indicam que os Institutos Federais e as experiências de ensino

integrado fundadas em uma base unitária atuam como estratégicos polos de resistência pedagógica. Em síntese conclusiva, o trabalho reafirma que a defesa do Ensino Médio Integrado constitui um patrimônio inalienável da classe trabalhadora e uma travessia histórica indispensável para superar o tecnicismo mercantil e edificar uma escola pública unitária, universal e verdadeiramente emancipatória.

METODOLOGIA

A presente investigação fundamenta-se no referencial teórico-epistemológico do materialismo histórico-dialético, método que toma a realidade social como uma totalidade concreta, essencialmente contraditória e em permanente transformação histórica. Sob essa ótica, a pesquisa assume caráter qualitativo e exploratório-explicativo, visando apreender a mediação entre as determinações normativo-legais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a concretude das suas condições de implementação.

O percurso metodológico estruturou-se a partir da articulação sinérgica entre a revisão bibliográfica sistematizada e a análise documental.

1. Ferramentas de busca e descritores: a coleta de dados secundários e da literatura científica foi operacionalizada por meio de consultas a repositórios digitais de acesso público, especificamente a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o catálogo de produções do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Utilizaram-se como descritores de busca, em combinações booleanas, os termos: "Ensino Médio Integrado", "Educação Profissional e Tecnológica", "Lei nº 13.415/2017", "Dualidade Estrutural" e "Omnilateralidade".

2. Corpus Documental e Teórico: o corpus da pesquisa abrangeu a legislação educacional de regência com destaque para o Decreto nº 5.154/2004, a Lei nº 11.892/2008, a Lei nº 13.415/2017, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT (Resolução CNE/CP nº 1/2021) e dissertações, artigos e relatórios de produtos educacionais produzidos na área de ensino da CAPES.

3. Instrumentos de Organização e Análise: como instrumentos de sistematização dos dados, foram produzidos fichamentos temáticos, quadros comparativos da legislação e uma matriz de categorização dialética. O tratamento do material seguiu os preceitos da análise textual e documental qualitativa, confrontando as prescrições formais dos textos

legais com os achados empíricos das dissertações do ProfEPT no "chão da escola", sob as categorias analíticas de totalidade, contradição, mediação e práxis.

Em estrita observância aos preceitos éticos em pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais estabelecidos pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), explicita-se que o presente estudo fundamentou-se exclusivamente na análise de fontes bibliográficas e documentos normativos de domínio público, sem a realização de entrevistas, aplicação de questionários ou intervenção direta com seres humanos. Por esse motivo, a pesquisa prescinde de submissão e apreciação pelo Sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa / Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). Não obstante, o compromisso ético da investigação manifestou-se no rigor científico do tratamento dos dados, no respeito à fidedignidade das ideias e na rigorosa citação da autoria dos trabalhos consultados.

Ressalta-se que todos os esquemas conceituais, fluxogramas, quadros ou ilustrações inseridos no corpo do trabalho e em seus anexos foram desenvolvidos integralmente pelo próprio autor e co-autores ou extraídos de acervos públicos e documentos oficiais de livre acesso. Em todas as eventuais reproduções de tabelas ou elementos visuais de terceiros, asseguraram-se o devido crédito e a correta citação da fonte original, em plena conformidade com a legislação nacional sobre direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

REFERENCIAL TEÓRICO

Para apreender a complexidade da EPT e suas disputas conceituais, este estudo apoia-se no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético. Essa abordagem permite analisar os fenômenos educacionais no âmbito da totalidade social, compreendendo as contradições da realidade concreta e as determinações históricas que moldam as políticas públicas de ensino.

A proposta do Ensino Médio Integrado sustenta-se em uma matriz teórico-conceitual assentada em três categorias centrais e imbricadas:

1. O Trabalho como Princípio Educativo: o trabalho é compreendido primeiramente em seu sentido ontológico, enquanto atividade humana vital e transformação da natureza para a produção da existência. Ao ser assumido como princípio educativo, o trabalho deixa de ser mera preparação mercadológica e passa a ser o eixo estruturante que explicita

como a ciência e a tecnologia se convertem em potência material na produção. Ele orienta a reconstrução dos saberes escolares a partir da articulação indissociável entre trabalho, ciência e cultura.

2. Formação Humana Omnilateral: originada na crítica marxiana à unilateralidade e à mutilação provocadas pela divisão do trabalho no modo de produção capitalista, a omnilateralidade expressa o horizonte de desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas dimensões: física, intelectual, cultural, política, estética e científico-tecnológica. Trata-se do resgate do "homem total", capacitado tanto para a produção material quanto para a fruição cultural e o exercício da crítica social.

3. Politecnia e Escola Unitária: o conceito de politecnia ou educação tecnológica refere-se ao domínio intelectual e prático dos fundamentos científicos dos diferentes processos de produção modernos. Articulada à concepção gramsciana de escola unitária, a politecnia recusa a especialização precoce e adestradora, visando elevar a classe trabalhadora ao patamar do conhecimento elaborado para formar sujeitos capazes de atuar simultaneamente como especialistas e como dirigentes.

Conforme sintetiza Ramos, a integração no ensino médio guarda três sentidos indissociáveis: o filosófico (formação humana omnilateral), o político (compromisso com a superação da dualidade e a emancipação da classe trabalhadora) e o epistemológico (compreensão do conhecimento como totalidade e práxis). Nesses termos, o EMI figura como uma verdadeira travessia histórica em direção à escola unitária e à educação emancipatória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação empírica sistematizada nas pesquisas da área revela a permanência de um hiato estrutural entre o horizonte emancipatório do Ensino Médio Integrado (EMI) e a sua efetivação no cotidiano escolar. Observa-se que a efetividade social da integração é tensionada pela contradição entre as finalidades educativas de formação humana integral e uma operacionalização curricular frequentemente reduzida a perspectivas instrumentais e utilitaristas. No ambiente das unidades escolares, identifica-se a prevalência de práticas compartimentadas por disciplinas isoladas, nas quais a Formação Geral Básica e os componentes da área técnica mantêm-se justapostos.

Essa fragmentação decorre, prioritariamente, das lacunas na formação pedagógica inicial e da carência de políticas públicas institucionais de formação continuada para os docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica. Relatos docentes evidenciam que muitos professores ingressam nas redes públicas sem o aporte conceitual necessário para compreender as bases da politecnia e do trabalho como princípio educativo, atuando de forma tateante ("meio cego") no desenvolvimento do currículo integrado.

Diante dessa ausência de formação em serviço articulada à pedagogia do trabalho, as ações integradoras restringem-se a iniciativas isoladas promovidas por docentes que tentam, individualmente, estabelecer relações entre os saberes gerais e específicos. Para superar o academicismo e o mero viés técnico-operacional, a literatura fundamenta que o planejamento de práticas interdisciplinares e a apreensão do trabalho em sua acepção ontológica constituem exigências ético-políticas indispensáveis para garantir aos estudantes o acesso à totalidade do conhecimento histórico acumulado.

A análise das alterações promovidas pela Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio) evidencia o acirramento da dualidade estrutural histórica na educação brasileira. Sob o pretexto de oferecer "flexibilização" e "protagonismo juvenil" por meio da livre escolha dos itinerários formativos, a legislação fixou o teto rígido de 1.800 horas para a Formação Geral Básica, provocando o esvaziamento de disciplinas humanísticas e científicas fundamentais para a construção do pensamento crítico. As recentes adequações normativas, como o PL nº 5.230/2023, mantiveram distinções na distribuição da carga horária, fixando limites diferenciados para a Formação Geral Básica na Educação Profissional e Tecnológica em relação ao ensino médio regular.

No âmbito da Formação Técnica e Profissional (FTP), os resultados indicam a consolidação de uma "inclusão excludente", marcada por arranjos curriculares aligeirados que subordinam a educação pública aos interesses da acumulação flexível. Dentre os retrocessos identificados, destacam-se:

Abertura a Parcerias Público-Privadas: as regulamentações de fomento e as diretrizes do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) induziram o repasse de recursos públicos a entidades privadas e ao Sistema S por meio de convênios para a oferta do itinerário técnico. Essa dinâmica desobriga o Estado de realizar investimentos estruturantes nas

redes públicas, tais como a construção de laboratórios e o suprimento de acervos bibliográficos.

Desregulamentação Docente via Notório Saber: a alteração do Art. 61 da LDB permitiu o reconhecimento do "notório saber" para a regência de aulas no itinerário técnico. Esse dispositivo precariza a profissão ao prescindir da licenciatura e da formação pedagógica inicial, substituindo o saber científico pelo domínio prático de competências demandadas pelo mercado.

"Ilusão de Escolha" e Competição Interdisciplinar: no chão da escola, a livre escolha dos itinerários revela-se inviável devido às limitações físicas e de pessoal das unidades públicas. A introdução de componentes sem densidade epistemológica clara, como "Projeto de Vida" e "Mundo do Trabalho", gerou competição entre áreas para atração de matrículas e precarizou a jornada de professores concursados, cujas disciplinas tradicionais perderam carga horária.

Os dados empíricos demonstram que a precarização do trabalho docente na EPT é um fenômeno agudizado pela instabilidade dos vínculos contratuais e pela incorporação de ferramentas de gestão empresarial no ambiente escolar. Em diversas redes estaduais, a maioria dos docentes atua sob regime de contratação temporária e seleção simplificada. Essa transitoriedade gera rotatividade constante, fragiliza a criação de vínculos pedagógicos com as turmas e compromete a continuidade dos projetos integrados.

Além da instabilidade funcional, a adoção de tecnologias empresariais de gestão a exemplo da Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), derivada do modelo privado TEO e aplicada em redes estaduais de educação profissional impõe ao trabalho docente a lógica do alcance de metas, do controle de rendimento e da produtividade individual. Pesquisas com professores evidenciam que a ingerência gerencial utiliza o discurso da "educação para o trabalho" como instrumento de cooptação da subjetividade e convencimento meritocrático, convertendo os docentes em meros executores de diretrizes formuladas por grupos empresariais externos.

Essa sobrecarga funcional, aliada às expropriações de direitos e à cobrança por resultados em avaliações externas, resulta na exaustão física e no adoecimento psíquico de professores, tolhendo o tempo necessário para o estudo e para a autonomia pedagógica.

A despeito da hegemonia das reformas mercadológicas, a investigação ratifica que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) constituem polos estratégicos de resistência ético-política e pedagógica. A obrigatoriedade legal de

destinação de no mínimo 50% de suas vagas para cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada (Lei nº 11.892/2008), preservou um espaço institucional protegido das investidas diretas de desidratação curricular promovidas pelo "Novo Ensino Médio".

A práxis desenvolvida na Rede Federal e em experiências estaduais comprometidas com a transformação social demonstra que a integração entre ensino geral e técnico permanece como o "inédito viável" freiriano. Essa travessia histórica viabiliza-se no momento em que a comunidade escolar assume o trabalho em seu sentido ontológico e como princípio pedagógico.

Sob essa perspectiva contra-hegemônica, a politecnia deixa de ser vista como o ensino de múltiplas técnicas operacionais para se consolidar como o domínio teórico dos princípios científicos da produção material. Os resultados reforçam que a defesa do Ensino Médio Integrado é um patrimônio inalienável da classe trabalhadora, indispensável para erguer barreiras contra a mercantilização do ensino e garantir uma formação pública, unitária e omnilateral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa permitiu apreender que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil constitui um campo de constante tensionamento histórico e político, no qual se confrontam dois projetos de sociedade e de formação humana inconciliáveis. De um lado, fundamenta-se o ideário privatista e neoliberal, materializado nas diretrizes da reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), que instrumentaliza a escola pública para atender aos ditames da acumulação flexível e da pedagogia das competências, promovendo o esvaziamento da Formação Geral Básica, a mercantilização da oferta via parcerias público-privadas e a desregulamentação da profissão docente pelo dispositivo do "notório saber". De outro lado, reafirma-se o projeto contra-hegemônico do Ensino Médio Integrado (EMI), balizado no compromisso ético-político de superação da dualidade estrutural entre o trabalho manual e o intelectual, assumindo o trabalho em sua dimensão ontológica e como princípio educativo, e tendo na politecnia e na omnilateralidade os horizontes de emancipação da classe trabalhadora.

Entre as principais conclusões emergentes da análise, destaca-se a constatação de um distanciamento persistente entre a dimensão prescritiva dos documentos orientadores

e a concretude do "chão da escola". As investigações no cotidiano das unidades escolares demonstram que a integração curricular enfrenta barreiras epistemológicas, estruturais e institucionais, resultando frequentemente em matrizes justapostas e fragmentadas. Esse quadro é agudizado pela ausência de políticas públicas contínuas de formação pedagógica em serviço para os docentes da EPT e pela intensificação do trabalho sob a lógica de modelos gerenciais de resultados. Por outro lado, os dados ratificam que os Institutos Federais e as redes públicas comprometidas com a base unitária atuam como indispensáveis polos de resistência pedagógica, demonstrando que a integração entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho é o caminho exequível para garantir aos estudantes das classes populares o acesso ao patrimônio científico e cultural historicamente acumulado.

No que tange à prospecção de sua aplicação empírica, esta pesquisa traz contribuições diretas para a comunidade científica e para as práticas educativas das redes públicas. A mediação proposta no âmbito do ProfEPT pela articulação entre a investigação acadêmica e o desenvolvimento de Produtos Educacionais (como guias curriculares, e-books, podcasts, recursos paradidáticos e propostas de formação continuada) constitui uma ferramenta de intervenção concreta na realidade escolar. Tais recursos oferecem subsídios teóricos e metodológicos para que equipes gestoras e docentes possam desconstruir a lógica utilitarista do mercado, planejar ações interdisciplinares integradas e ressignificar o trabalho pedagógico no cotidiano, fortalecendo a identidade do ensino técnico integrado como direito humano e social.

Por fim, a dimensão de incompletude do próprio fenômeno educativo abre margem para a proposição de novas pesquisas no campo da Educação Profissional e Tecnológica. Considera-se premente o desenvolvimento de estudos futuros que se dediquem a: acompanhar e monitorar os impactos das recentes reconfigurações legislativas e das políticas de transição do "Novo Ensino Médio" sobre a carga horária e a matriz curricular da EPT; avaliar longitudinalmente os efeitos e a efetividade da aplicação dos Produtos Educacionais desenvolvidos nos programas de pós-graduação profissionais no "chão da escola"; investigar as implicações do "notório saber", do avanço das parcerias público-privadas e da precariedade dos vínculos de trabalho sobre a saúde mental e a profissionalização docente; e mapear e dar visibilidade às experiências de gestão democrática e práticas pedagógicas integradoras que conseguem, no espaço escolar, efetivar a travessia rumo à formação humana omnilateral.

Reafirma-se, assim, que a defesa do Ensino Médio Integrado permanece como uma causa inalienável da classe trabalhadora e um pilar científico e político fundamental para a construção de uma educação pública, gratuita, unitária e emancipadora.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado, Formação humana integral, Educação Profissional e Tecnológica, Omnilateralidade, Politecnia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 30 mar. 2026.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERRETTI, Celso João. A reforma do ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 143, p. 27-44, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e as exigências quanto à formação de professores. In: ROSAR, Maria Fátima Felix; HYPOLITO, Álvaro Moreira (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Pelotas: Seiva, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ISSN: 2358-8829

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.